

AMÉRICA LATINA – INTERPRETAÇÕES DA ORIGEM DO IMPERIALISMO NORTE-AMERICANO

Ricardo Antonio Souza Mendes*

Resumo

O presente artigo aborda algumas interpretações presentes em livros utilizados nos cursos de graduação em História sobre o expansionismo ocorrido fora da América do Norte, praticado pelos Estados Unidos. Partindo dessas análises, assinalo que o aparecimento do *Destino Manifesto*, conjugado a necessidades econômicas, bem como com preocupações de ordem estratégica, apresentaram-se como o conjunto de fatores que colaboraram para que o imperialismo norte-americano fosse desencadeado ainda na década de 1840. Utilizando-me ainda de abordagens relativas às relações entre os EUA com Nicarágua e Cuba, presentes nessa bibliografia, procedo a algumas considerações sobre a validade da idéia de que o imperialismo norte-americano tenha se caracterizado por um redirecionamento na sua política interna e externa anteriores.

Palavras-chave

Imperialismo; América Latina; Estados Unidos.

Abstract

The present article covers certain interpretations presented in books used in History graduation courses about the expansionism, which occurred out of North America, practised by The United States. From these analysis, I point out that the emersion of the Manifest Destiny, together with economic needs, as well as strategic concerns, presented themselves as the group of factors which collaborated for the North American imperialism to break out still in the decade between 1840 to 1850. Making use of approaches regarding the relations among USA, Nicaragua and Cuba presented in this bibliography, I venture to consider the validity of the idea that the North American imperialism had been characterized by a redirecting in its previous internal and external politics.

Key-words

Imperialism; Latin American; United States of America.

O século XIX nos Estados Unidos

O século XIX, para os Estados Unidos, apresenta-se como um momento decisivo na construção do seu poder econômico, militar e político. Foi ao longo desse século que, impulsionado por uma série de fatores, o país ampliou-se inúmeras vezes, alcançando a dimensão continental que o caracteriza até hoje. Também no século XIX, observa-se a ocorrência do conflito que mais ceifou vidas em toda a história norte-americana: a Guerra Civil de 1861/1865. Ocorrida em torno do embate entre projetos de sociedade que se caracterizavam pela distinção quanto à moral do trabalho, da hierarquia social e de propostas diferenciadas de organização econômica, a Guerra de Secessão culminou com o fim de uma estrutura regionalizada.

Por último, assinala-se o processo de industrialização. Por um lado, foi somente com a Guerra de Secessão que se consolidou a hegemonia da burguesia industrial no controle político do país, através do Partido Republicano, viabilizando a implementação de uma política de Estado fundada na industrialização. Contudo, o desenvolvimento desse processo já vinha desde princípios do XIX. O avanço da fronteira em direção ao Pacífico proporcionou o acesso a uma soma indiscutivelmente enorme de matérias-primas. Da mesma forma, a chamada “marcha para o oeste” representou um potencial de atração para inúmeros trabalhadores e camponeses europeus que, magnetizados pela possibilidade do acesso à terra e pela chance de ascensão social, colaboraram para a formação do exército de mão-de-obra que viabilizou a substituição das manufaturas pelas indústrias.

Foi justamente nesse século, marcado por inúmeras transformações sociais, políticas e intelectuais, que o mundo, e particularmente a América Latina, assistiram ao aparecimento do imperialismo externo ao subcontinente norte-americano.

A Doutrina Monroe como marco para o imperialismo norte-americano?

Na década de 1820, o presidente James Monroe proferiu a famosa Doutrina que assumiu seu nome, influenciado em grande medida por seu Secretário de Estado, John Quincy Adams. A mesma baseava-se em dois pressupostos fundamentais. Em primeiro lugar, reconhecia o direito de liberdade e independência dos recém-formados países na América Latina, considerando que os mesmos não deveriam ser objeto de “futuras colonizações por qualquer potência européia”. Complementando essa consideração, assinalava que seriam entendidas como uma ameaça direta aos Estados Unidos da América as tentativas realizadas com objetivos recolonizadores por parte das nações européias.

Parcela significativa daqueles que escrevem sobre as origens do imperialismo norte-americano apresentam essa data como um momento-chave para o processo. Assinala este grupo de historiadores que a Doutrina Monroe, normalmente lembrada pelo lema “A América para os americanos”, marcaria uma proposta já de manifesto desejo de avançar pelo conjunto do continente. Caracterizaria, assim, ainda nesse momento, a vontade de supremacia que os Estados Unidos se reservava o direito de possuir.¹

Essa doutrina, segundo Pierre Melandri, teria “afirmado a supremacia dos interesses dos Estados Unidos sobre o hemisfério ocidental”.² Para alguns, o desejo estaria fundado na existência de um *mind-set* caracterizado pela crença na inferioridade latina que teria marcado a declaração Monroe.³ Apesar de esse desejo manifestar-se no seio da opinião pública tão somente nas três últimas décadas do século XIX, Lars Schoultz considera que o mesmo já estava latente desde os anos 1820. Para outros autores, contudo, a vontade de domínio já se pronunciava clara e objetivamente nas primeiras décadas. Nessa ótica, os Estados Unidos reconheceriam, através da declaração, a existência de “esferas de influência” e estariam reclamando, “para si” a América Latina:

A declaração de *não intervenção* contida na Doutrina Monroe foi inspirada pelo receio de que grandes potências européias pudessem se unir para subjugar as colônias espanholas rebeladas e pelos crescentes interesses comerciais nesses mercados. (...) A doutrina, porém, de fato, deixou bem clara a opinião norte-americana sobre as relações entre o Velho e o Novo Mundo e manifestou a reivindicação de dominação do Hemisfério Ocidental.⁴

Por esses motivos é que podem ser estendidas para este grupo de historiadores as palavras de Mary Junqueira. Segundo afirma, embora os Estados Unidos não tivessem as condições necessárias para fazer valer esse domínio, a Doutrina Monroe apresenta-se como “uma espécie de declaração fundadora do papel norte-americano no hemisfério ocidental”.⁵ Mesmo assinalando que a Doutrina Monroe foi uma peça que assinala o início das pretensões imperialistas, a maior parte desses autores reconhece que somente nas últimas décadas do século XIX a vontade expansionista de caráter imperialista consolidou-se de fato.

Já um segundo grupo de autores desconsidera completamente a Doutrina Monroe como marco nesse expansionismo externo. Avaliam que a Doutrina nada mais foi do que uma manifestação de solidariedade em relação a nações que se tornavam independentes e que poderiam consolidar um comércio livre que crescia cada vez mais. Nesse sentido, enfatizam a idéia de que a mesma foi tão-somente uma reação contra uma ameaça externa. Não apenas diante da possibilidade de uma expedição capitaneada pela França, particular-

mente contra as mais fracas daquelas nações recém-formadas no novo mundo, mas também decorrente da crescente pretensão russa sobre a costa do Pacífico da América do Norte. Dentro, portanto, do território do Oregon, que era pretendido pelos norte-americanos.

A referida declaração teria sido, em grande medida, estimulada pela Grã-Bretanha, desde março de 1823. Ainda em finais de 1822, os britânicos haviam se manifestado contrariamente ao Congresso de Verona, quando dele se retiraram.⁶ Receosa de perder mercados que recentemente haviam ficado livres de qualquer ingerência de relações mercantilistas, propôs, inclusive, uma manifestação conjunta com os Estados Unidos de repulsa a essas intenções. A declaração acabou ocorrendo de forma unilateral por parte dos Estados Unidos, mas em grande medida viabilizou-se em função da garantia inglesa proporcionada pelo seu controle dos mares.

Para esses autores, somente em fins do século XIX observa-se uma releitura da Doutrina Monroe que daria a conotação agressiva que ganhou a partir de então.⁷ Autores como Robert Smith, por exemplo, consideram que a proposta norte-americana para a América Latina, no momento da elaboração da Doutrina, era de um sistema fundado na soberania das nações recém-formadas, “muito mais uma declaração de esperanças futuras do que um plano direto de ação”.⁸

Entre autores que levam em consideração esse período – o final do XIX –, como momento fundante do imperialismo norte-americano, temos uma outra divisão. De um lado, observam-se aqueles que apontam a Guerra Hispano-Americana, não como desdobramento das pretensões manifestadas na Doutrina Monroe, mas como momento-“chave” do movimento imperialista.⁹ A guerra contra a Espanha, ao possibilitar o real avanço sobre áreas do Atlântico – com o controle direto sobre Cuba e Porto Rico –, bem como a viabilização do acesso a importantes áreas estratégicas no Pacífico – tais como Guam e Filipinas –, se apresentaria como esse marco inicial.

De outro, uma série de autores assinala, não esse conflito, mas a necessidade de viabilizar um contato mais ágil e intenso entre os dois extremos da nação, que então já adquirira proporções continentais, como o momento fundamental.¹⁰ Desde essa ótica, o término da Guerra de Secessão e o fechamento da fronteira interna teriam colocado em pauta as necessidades econômicas e estratégicas de viabilizar um intenso fluxo de comunicação entre leste e oeste.

As razões do imperialismo estadunidense

Podem ser indicadas quatro grandes perspectivas explicativas acerca dos fatores motivacionais do imperialismo dessa nação. Assinalo que a pretensão deste artigo não é o de

esgotar esse balanço bibliográfico, mas tão-somente apresentar algumas das questões que marcam o mesmo. Ressalto ainda que as obras analisadas a seguir centram, em sua grande maioria, sua atenção no imperialismo norte-americano.

A explicação cultural

Uma primeira corrente deposita no desenvolvimento de um determinado conjunto de crenças e valores o aspecto mais importante a gerar o imperialismo estadunidense. Gerson Moura e Lars Schoultz são autores representativos dessa perspectiva. Acompanhando a idéia de que o imperialismo norte-americano já se esboçava em princípios do século, Moura assinala que a consolidação do projeto imperialista deu-se de forma gradativa:

Em meio à “corrida para o oeste”, na metade do século XIX, surgiu uma expressão que iria marcar, senão a política da expansão, pelo menos o clima intelectual em que ela se dava. Tratava-se do “Destino Manifesto”, expressão jornalística que se popularizou rapidamente e que via a expansão territorial americana como um processo ilimitado, que não se deteria nas praias da Califórnia, mas avançaria pelo Pacífico afora e acabaria por dar a volta ao mundo! (...) Antes mesmo que se iniciasse a expansão nos oceanos, já começavam a se formar o clima de opinião pública e as justificativas religiosas, culturais, políticas e econômicas da nova expansão.¹¹

Elaborada por John O’ Sullivan e incorporada pelo movimento Jovem América, a noção de Destino Manifesto caracterizaria, na perspectiva do autor, o “clima intelectual” a gerar e propagar o ideário imperialista que acompanhou tanto a expansão interna quanto a expansão externa. Privilegiando em suas análises as relações entre os Estados Unidos e a América Latina, e também enveredando pela perspectiva cultural, a obra de Lars Schoultz nos apresenta uma variação dessa perspectiva. Entende que o autor que:

A crença na inferioridade latino-americana é o núcleo essencial da política dos Estados Unidos em relação à América Latina, porque ela determina os passos precisos que os Estados Unidos assumem para proteger seus interesses na região. (...) Outras crenças não teriam mudado os interesses dos EUA, mas teriam levado a políticas diferentes para proteger esses interesses e, em geral, a uma relação diferente com os vizinhos que vivem abaixo de nós.¹²

Segundo assinala, por detrás de fatores econômicos, sociais e políticos, observa-se o desenvolvimento de uma “estrutura mental” que caracterizaria o conjunto dessas relações. A política externa norte-americana seria impulsionada pelos desejos de atender aos interesses dos Estados Unidos. Contudo, permeando os interesses de sua política doméstica, o desenvolvimento econômico do país e os problemas de segurança norte-americanos, esta-

ria essa estrutura mental, um “poderoso *mind-set* que impediu uma política baseada no respeito mútuo”,¹³ colaborando, dessa forma, para a afirmação das relações imperialistas. Apesar das divergências, ambos os autores privilegiam elementos culturais como fatores explicativos do imperialismo estadunidense.

O político-estratégico

Uma outra perspectiva funda-se na primazia do político-estratégico para explicar o imperialismo norte-americano. Assinalam Sellers, May e McMillan em sua obra coletiva que a “razão final” para a mudança de uma política externa de neutralidade para uma outra calcada em pressupostos imperialistas, foi o “fato de se acharem em estado fluido os padrões tradicionais de influência”.¹⁴ Segundo esses autores, o problema fundamental a colaborar para o imperialismo norte-americano foi o aparecimento de novas nações, também expansionistas, ao longo do século XIX. Japão e Alemanha, nações que se lançavam a pouco no cenário internacional e estariam almejando projeção e reconhecimento enquanto potências mundiais. O primeiro país desafiava diretamente a Rússia, no Extremo Oriente, enquanto o segundo questionava diretamente a liderança inglesa, aspecto ilustrado através de seu programa de construção naval. Nesse sentido,

O expansionismo norte-americano deve ser visto também no contexto mais amplo do equilíbrio de poder e da segunda grande era do imperialismo europeu. Muitas das grandes nações européias, impelidas pelas mesmas forças que condicionavam a América a se expandir, já estavam rivalizando por territórios e influência nas regiões subdesenvolvidas do mundo. Esses exemplos aguçaram o apetite norte-americano por um império.¹⁵

Nesse sentido, a postura dos Estados Unidos teria sido uma posição reativa. Questões como a necessidade de mercados, a idéia de “superioridade anglo-saxônica”, a “missão divina” e a defesa de uma poderosa marinha de guerra ganhavam dimensão apenas a partir da preocupação estratégica defensiva de garantia de uma área de influência.

Outro autor que corrobora essa perspectiva é Robert Freeman Smith. Desenvolvendo mais detalhadamente os fatores que teriam colaborado para o medo com a segurança, Smith assinala as sucessivas intervenções européias na América Latina ao longo do século XIX. Em parte, essas intervenções tiveram o caráter de assegurar a influência na região. Por outro lado, boa parte delas ocorreu sob o signo da “prática internacional do século XIX” que concedia legitimidade na proteção dos interesses dos seus cidadãos no estrangeiro.¹⁶ A presença da França no México (1861-1867), o redespertar dos interesses espanhóis ao

longo da Guerra Civil Americana (Santo Domingos, Ilhas Chinha e os bombardeios de Callao e Valparaíso) e o avanço alemão em direção ao Caribe seriam os elementos desencadeadores desse medo. Foi dentro desse quadro geral que:

O país podia escolher não jogar o jogo da política de poder internacional, mas não podia evitar as conseqüências militares, políticas, econômicas e ideológicas de tal decisão. Parte importante desse jogo era garantir a paz, a ordem e a estabilidade nas chamadas nações atrasadas. Em tais regiões, a potência que realizava o papel de polícia era aquela que exercia maior influência. Na década de 1890, vários norte-americanos importantes haviam adotado essa visão européia das relações internacionais.¹⁷

O medo do isolamento norte-americano diante do expansionismo das “nações mais poderosas do mundo” teria se propagado na opinião pública ao longo desse período. Isso teria levado os Estados Unidos, segundo Smith, a um redirecionamento de sua política externa, de forma a contrapor-se aos “desafios colocados pelas rivalidades imperiais”.¹⁸

A explicação econômica

Uma terceira explicação que versa sobre o surgimento do imperialismo nos Estados Unidos centra-se nos fatores econômicos. Sem sombra de dúvida, é a perspectiva mais propagada no meio acadêmico.¹⁹ Melandri, por exemplo, considera que a política externa norte-americana desenvolvida a partir de fins do século XIX nada mais foi do que uma adequação ao seu novo poderio econômico, adquirido na segunda metade desse século.

Em 1884, os Estados Unidos já assumiam o primeiro lugar em produção industrial no mundo. A conclusão da expansão continental, em 1867, com a compra do Alasca, acabou por levar a “uma viragem sobre si mesmos” colaborando para que a política externa fosse vista como “um mal cada vez menos necessário”. Contudo, segundo o autor, “só a conjunção de uma crise econômica com o desaparecimento da fronteira bastara para transformar a América numa potência colonial”.²⁰ Segundo assinala, a Guerra Hispano-Americana marcou o “estrondoso” aparecimento da nação no cenário internacional, o que “não deixa de ser a conclusão lógica da consciência crescente, num pequeno número de americanos, do afastamento entre o novo poder [econômico] do país e o seu papel limitado à escala mundial”.²¹

Alain Rouquié acompanha essa perspectiva economicista. Afirma que o momento do aparecimento dos “projetos coloniais” foi a Conferência Pan-Americana de 1889. Uma vez encerrada a expansão interna e consolidada a posição de uma potência industrial, e, portanto econômica, o desdobramento natural foi a concretização desses projetos dez anos depois, com os resultados da Guerra Hispano-Americana.²²

Commanger e Nevins, por sua vez, consideram que os Estados Unidos, motivados em “*parte por razones comerciales y estratégicas, em parte por motivos idealistas, y em parte por vangloria del poder, se lanzó una exuberante expansión por ultramar*”.²³ Os fatores políticos estariam relacionados com a rivalidade das nações, que buscavam aumentar o seu poder através da aquisição de novos territórios. Razões estratégicas se encontravam na necessidade de controle de rotas comerciais e, a partir daí, na composição de uma forte marinha de guerra e mercante. Questões religiosas e éticas fundamentavam-se na vontade de propagar o cristianismo. Tudo isso estimulado, ainda, por uma imprensa sensacionalista que “*incitaban a la aventura en tierras exóticas*”.²⁴

Contudo, essa perspectiva, que parece atribuir a um amplo conjunto de fatores as causas do imperialismo norte-americano, na verdade, apresenta como fator fundamental as questões econômicas. Assinalam os autores que, em fins do século XIX, o país já se apresentava como uma grande potência mundial e seus governos já possuíam esta posição. O volume total de exportações contribuía para que os homens de governo passassem a se interessar com maior ênfase pelas relações exteriores, uma vez que nenhuma “*nación podía despachar tantas cosas fuera de sus fronteras sin interesarse vivamente en los asuntos exteriores*”.²⁵ A expansão industrial do país corroborava tal preocupação.

Ao abordar a Guerra Hispano-Americana, os autores ratificam o privilégio dado a questões econômicas em detrimento às demais. Consideram que o conflito marca o reaparecimento do expansionismo nacional, desta vez no ultramar. Ao elencar os fatores desencadeadores da “*explêndida guerrinha*” Nevins e Commanger assinalam:

*Aunque los gobiernos tanto de Cleveland como de McKinley se esforzaron seriamente por mantenerse neutrales, se hizo patente que, si la guerra se prolongaba, los Estados Unidos tendrían que intervenir. Los efectos económicos en los Estados Unidos eran de consideración.*²⁶

A nova posição adotada a partir do conflito, um “*hito en la historia de los Estados Unidos*”, teria se concretizado a partir de uma clara posição de interferência na América Latina, onde “*ao mismo tiempo los Estados Unidos adoptaron una actitud más severamente protectora hacia la América Latina. Como los artículos manufacturados, lo mismo que las materias primas, exigían salidas, se prestó mayor atención al desarrollo de mercados de ultramar.*”²⁷

As perspectivas combinadas

Um último grupo de analistas sobre o imperialismo estadunidense apresenta o que denomino “explicações” ou “perspectivas combinadas”. Nenhuma delas descarta o importante papel da expansão econômica no país enquanto fator gerador do imperialismo. Contudo, consideram que outros fatores apresentam um peso equivalente nas explicações para o processo que se desencadeou nos Estados Unidos ao longo do XIX.

Barracough, Pamplona e autores como Divine, Breen, Fredrickson, Robert e Willians consideram, ao lado da questão econômica, a primazia de fatores estratégicos. Analisando a expansão imperialista como um todo, Barracough assinala que o processo desencadeado em finais do XIX se distinguiu fundamentalmente do imperialismo de épocas anteriores. E um dos principais fatores a colaborar para essa distinção eram, justamente, as “mudanças sociais e econômicas básicas do período posterior a 1870”.²⁸ Em função do aumento da dependência das nações mais industrializadas do período, não somente por alimentos, mas também por matérias-primas, observa-se o desenvolvimento de doutrinas “neomercantilistas”. Nestas, por sua vez, motivações de prestígio, economia e manobras políticas entrelaçavam-se mutuamente. Dessa forma:

Nos Estados Unidos, talvez seja verdade que a administração estivesse primordialmente interessada em garantir bases navais para fins estratégicos; mas os “expansionistas de 1898” tinham poucas dúvidas ou hesitações sobre as causas econômicas, exigindo as colônias espanholas nos interesses do comércio e dos excedentes de capital.²⁹

Pamplona acompanha essa perspectiva. Situa os aspectos culturais como tentativas de racionalização que justificassem o expansionismo extracontinental. A idéia de povo predestinado a difundir a democracia e o modo de vida americano representaria uma forma de adequar as necessidades norte-americanas de expansão à “tradição democrática” da América WASP. Tratou-se de um ajuste da opinião pública, cuja importância se acentuava na medida em que se consolidava a sociedade de massas no país. Nesse sentido, os principais aspectos a considerar seriam outros: “Na virada do século, o Caribe transformou-se numa espécie de ‘grande lago americano’, destinado a atender à sede de investimento de uma sólida comunidade de negócios e às nascentes necessidades estratégicas e militares norte-americanas”.³⁰

Negócios e segurança estratégica, em suma, seriam os fatores elencados por Pamplona. Por último, dentro ainda dessa perspectiva econômico-estratégica, observa-se a posição de Divine e dos outros autores da obra *América – Passado e Presente*:

O sentido de isolamento dos americanos (...) foi abalado após a década de 1870 por diversos acontecimentos combinados (...). O fim da expansão das fronteiras, anunciado oficialmente com a publicação do censo de 1890 despertou temores sobre a diminuição das oportunidades internas. (...) Os líderes políticos começaram a discutir a importância vital do comércio exterior para a continuidade do crescimento econômico. Alguns deles (...) se deixaram levar pelo entusiasmo da luta mundial pela construção de impérios. (...) A ideia de expansão imperialista pairava no ar, e as grandes potências mediam sua grandeza pelas colônias que adquiriam.³¹

O último subgrupo de pesquisadores a encaminhar-se dentro de uma perspectiva combinada, porém algo diferenciada da anterior, é caracterizado pelas análises de Luis Fernando Ayerbe e Mary Junqueira. Considerando também a importância do econômico, uma vez que em fins do XIX o êxito da industrialização colaborava para que o país buscasse assegurar o comércio que se expandia, Junqueira adiciona dois outros fatores. Segundo afirma, existia ainda o “temor de que o avanço da colonização européia na Ásia e na África se voltasse também para as Américas”.³² Fora isso, o expansionismo apresentava-se como componente básico da mentalidade norte-americana desde o período colonial. A “crença na excepcionalidade norte-americana” foi elemento fundamental na marcha para o oeste. Contudo, “Serviu também de estímulo para que se expandisse uma nova fronteira de comércio para o Oriente (...) e legitimou a ação norte-americana no Caribe no final do século XIX e início do século XX. (...) Não faltou a justificativa missionária para a expansão”.³³

Ayerbe, por sua vez, encaminha-se nessa mesma trajetória de análise:

Ao final do século XIX, os Estados Unidos já ultrapassam em desenvolvimento industrial a Inglaterra e a Alemanha, e apresentam uma estrutura econômica altamente trustificada, com grande potencial de competição no mercado internacional. É coincidentemente nessa época que aparecem importantes formulações teóricas defendendo um lugar de grandeza para os Estados Unidos no concerto das nações, com destaque para o livro do Almirante Alfred Mahan, publicado em 1890 (...). A abordagem de Mahan combina a noção de Destino Manifesto (...) com uma visão estratégica que considera o poderio naval e o controle dos mares como principais atributos do *status* de grande potência.³⁴

Dessa forma, os autores colocam no mesmo patamar os fatores econômicos, estratégicos e culturais que influenciaram no imperialismo. Contudo, a confluência desses fatores teria ocorrido somente ao final do XIX.

A necessidade industrial, com a busca pela garantia de aquisição de mercados, é uma tônica do período. Em fins do XIX, as depressões de 1873 a 1878, 1882 a 1885, e 1893 a 1897 provocaram um debate acalorado entre subconsumistas e superprodutores. Os primeiros a enfatizar a necessidade de ampliação da renda nacional para viabilizar o aumento do consumo e o segundo enfatizando a necessidade de ampliação dos mercados para os produtos

norte-americanos.³⁵ Contudo, necessidades econômicas não diretamente vinculadas ao crescimento da produção industrial, mas ao crescimento econômico dos Estados Unidos, já se manifestavam ao longo de todo esse século.

A preocupação estratégica com a segurança era outro fator fundamental, não apenas das últimas décadas, mas de boa parte do século XIX, acentuando-se na segunda metade. Flórida, Cuba e, a partir da consolidação da continentalização do país, Nicarágua e Panamá estiveram no centro das preocupações dos gestores da segurança nacional. A neutralidade norte-americana durante boa parte desse século, na verdade, foi uma postura defensiva diante de uma ameaça européia na qual, inicialmente, a Inglaterra aparecia como a principal personagem. Posteriormente, Alemanha, Rússia, França substituíram a Inglaterra, que, ao longo desse período, consolidou uma sólida, porém não linear, aliança com os Estados Unidos.

Por último, mas não menos importante, a cultura expansionista. A presença do Destino Manifesto, a existência de uma crença de que eram um povo “escolhido” e, ainda, a perspectiva preconceituosa em relação à América Latina são fatores por demais importantes para serem desconsiderados ou mesmo avaliados como mera construção decorrente da vontade de expansão econômica para garantir mercados para a nascente indústria dos Estados Unidos. O Destino Manifesto surge antes mesmo da Guerra com o México. Schoultz assinala que a perspectiva preconceituosa em relação à América Latina, que nada mais foi do que um desdobramento da cultura expansionista, já se desenhava a partir da década de 1820.

De certa forma, as perspectivas aqui observadas e que se centram no desenvolvimento do imperialismo norte-americano encontram correspondência em uma bibliografia que analisa o imperialismo enquanto processo em grande medida europeu. Hobsbawm assinala que o fator econômico foi o principal aspecto a motivar o imperialismo, embora reconheça que analisar a história humana apenas pela perspectiva materialista seja um equívoco. Avalia que os apelos emocionais, políticos e sociais tenham tido grande importância no processo e que a busca por territórios marcar-se-ia como elemento de *status* entre as nações, aspecto que deve ser avaliado para uma melhor compreensão do processo.³⁶

De Decca e Falcon apresentam a necessidade de uma composição entre os elementos explicativos caracterizados pela vontade de expansão do capital associada a fatores culturais e políticos. Falcon analisa a simultaneidade entre a exportação de capitais e a afirmação do culto ao progresso e de teorias fundamentadas no darwinismo social marcado pelo racismo e pelas teorias geopolíticas.³⁷ De Decca, por sua vez, assinala também a importância da exportação de capitais como “uma política deliberada dos estados europeus de anexação de povos e territórios com vistas à expansão dos mercados capitalistas” em

associação com “determinados elementos da política e da cultura européias que produziram no homem moderno o desejo desenfreado de uma expansão” que teria se consolidado pela via militar.³⁸

Analisando brevemente a relação entre os Estados Unidos e dois países da América Central e Caribenha – Nicarágua e Cuba – poderemos observar como essas três variáveis cruzaram-se ainda em meados do XIX e colaboraram para que o imperialismo norte-americano já iniciasse o seu desenvolvimento. Nesse momento, contudo, o alvo privilegiado ainda eram os seus vizinhos mais próximos: a América Latina.

Estados Unidos e Nicarágua

Seja para aqueles que consideram que o interesse norte-americano pela Nicarágua já se desenvolvia mesmo antes de o país ter alcançado a costa do Pacífico ou ainda na perspectiva daqueles que datam o aparecimento dessa preocupação apenas para o período posterior à aquisição do Oregon e da Califórnia, a década de 1840 apresenta-se como um momento de suma importância na relação entre os dois países. Originada da fragmentação das Províncias Unidas da América Central, em 1839,³⁹ o papel de destaque dessa nação para os Estados Unidos estava associado a diversos fatores.

Em termos estratégicos, a presença inglesa na região (Honduras, Costa dos Mosquitos e Belize), adicionada ao que os norte-americanos consideravam como uma endêmica instabilidade política da área, passaram a ser compreendidos pelos membros dos sucessivos governos norte-americanos, a partir de 1840, como uma séria ameaça ao país.

Preocupada com a efetivação do Tratado Bidlack, entre Estados Unidos e Colômbia,⁴⁰ a Grã-Bretanha ocupou San Juan del Norte, na Nicarágua, buscando uma alternativa na conexão entre Pacífico e Atlântico. A desconfiança mútua, que caracterizou a relação entre Estados Unidos e Inglaterra desde a Segunda Guerra de Independência (1812-14), aprofundou-se ainda mais nesse período, colaborando para que o conflito entre os dois países tivesse como palco a América Central, já que a Inglaterra “estava por toda a parte”.⁴¹

O problema estaria colocado ante a necessidade de uma via de comunicação entre os dois oceanos, “para favorecer sus planes de anexion de Oregon y California”,⁴² pulando para o topo “da agenda de política estrangeira dos EUA” quando a aquisição dessas áreas, respectivamente em 1846 e 1848, foi seguida “quase que imediatamente pela corrida do ouro”.⁴³ Além de provocar uma profunda preocupação estratégica, a criação de uma via de comunicação relacionava-se também a problemas econômicos, aspecto observável pelas primeiras iniciativas de apoio do governo dos Estados Unidos para que empresários dos Estados Unidos se estabelecessem na Nicarágua. A presença da American Accessory

Transit Company, controlada pelo empresário de New Orleans, Cornélio Vanderbilt, e da Pacific Guano Company, empresa fundada ao longo do governo do flibusteiro Walker,⁴⁴ assinalam essa vinculação.

Porém, outros aspectos também despertaram o interesse norte-americano. Em termos políticos, mas também econômicos, alguns sulistas consideravam que a Nicarágua poderia apresentar-se como uma alternativa para reequilibrar a relação entre os estados norte-americanos escravistas e não-escravistas. Garantiria, assim, o “imperialismo sulista” que se desenvolveu a partir da marcha para o oeste nesse período.⁴⁵

Havia também interesses relacionados, que viam a Nicarágua como uma outra oportunidade para acrescentar peso à contenda Norte e Sul, influência dos estados livres no Congresso. O Senador pelo Mississippi Albert Brown era um porta-voz deste interesse e, em 1858, ele queixou-se de que a oposição do governo dos EUA às expedições de Walker demonstrava favorecimento aos nortistas que operavam através da firma de Vanderbilt.⁴⁶

Nesse sentido, o confronto norte-sul encontrou, na Nicarágua, um espaço para sua propagação. A mentalidade expansionista também se manifestou desde fins da década de 1840 na região, através da ação de flibusteiros. Espécie de piratas do século XIX, os flibusteiros norte-americanos, que haviam “nascido um pouco demasiado tarde para participar da expansão para o oeste”,⁴⁷ voltaram-se para a América Central e realizaram incursões em uma série de países da área. Particularmente na Nicarágua, o norte-americano William Walker chegou a ensaiar um período de governo e os flibusteiros “contaram com a tolerância, senão com o apoio, do governo de Washington”.⁴⁸ Walker, em suas empreitadas flibusteiras, conseguiu o apoio mais ostensivo de empresários dos Estados Unidos, que estavam diretamente envolvidos na frenética rivalidade entre as diversas empresas ferroviárias que tinham sua origem naquele país.

Em torno dessas questões, o envolvimento do governo norte-americano, a partir da presidência de Polk (1845-1848), acentuou-se cada vez mais na região. E, apesar de não conseguir, por problemas internos, a ratificação do tratado Hise-Selvas com a Nicarágua – que proporcionaria o controle dos EUA sobre uma via de passagem pelo país –, os Estados Unidos garantiram a assinatura de um contrato para a construção de um canal no país com uma empresa norte-americana. A proposta seria utilizar o caminho que compreenderia o Rio San Juan, e daí a importância estratégica dessa via fluvial, e o lago da Nicarágua. O projeto, contudo, ficou apenas no papel, enquanto que outras negociações se desenvolviam mais ao sul.

Estados Unidos e Cuba

Por volta do mesmo período, quando se iniciou a expansão norte-americana para além do Mississippi, na década de 1840, já existia um projeto de avançar também em direção às ilhas do Atlântico, e Cuba era considerada como alvo privilegiado. Tal qual no caso da Nicarágua, a razão para tal proposta encontrava motivações em diferentes aspectos. Cuba era concebida como área de importância fundamental, tanto em termos estratégicos quanto políticos e econômicos.

No que se refere ao problema estratégico, mais uma vez contava a ameaça da presença estrangeira, inicialmente inglesa e, posteriormente, de França e Alemanha. Na década de 1810, existiam partidários da anexação da ilha, tanto nos Estados Unidos quanto na área que ainda era de domínio colonial espanhol.⁴⁹ O presidente Jefferson já havia considerado essa possibilidade:

A geografia estratégica de Cuba há muito atraía o interesse dos funcionários em Washington. Do mesmo modo que a Flórida espanhola, a ilha era localizada ao longo de rotas de navios cuja importância crescia rapidamente, e era suficientemente próxima das 13 colônias para servir como base para a agressão armada de um inimigo europeu. (...) Com aguda consciência desta combinação única de proximidade geográfica e instabilidade geoestratégica, Thomas Jefferson foi o primeiro presidente a considerar a aquisição da ilha.⁵⁰

Ao longo dos anos 1820, a declaração unilateral da Doutrina Monroe, por parte dos Estados Unidos, teria sido resultado do desejo de adquirir Cuba, aspecto que, temiam os norte-americanos, fosse obstaculizado caso a referida declaração tivesse sido em conjunto com a Inglaterra.⁵¹ Na década de 1840, a preocupação de que a Grã-Bretanha articulasse para adquirir a República da Estrela Solitária (futuro estado do Texas) também esteve viva para as perspectivas que se desenvolviam sobre a ilha. Nesse momento, existia um receio de que a Inglaterra viesse a adquirir o território em função de dívidas espanholas para com esse país. A ilha também era considerada como elemento importante, em termos econômicos, desde princípios do XIX, pois os Estados Unidos apresentava-se como o principal mercado comprador do açúcar cubano e era também a principal origem de boa parte dos produtos importados pela economia da ilha.

Outro aspecto econômico e político de relevo era dado pelos partidários da expansão do escravismo. Vários foram os momentos, entre 1810 e 1821, em que norte-americanos articularam negociações com parcelas da elite *hacendada* – interessada na manutenção da escravidão –, promovendo um envolvimento direto nos assuntos internos de outra nação. Para os escravocratas, tratava-se de uma forma de anexar outra área escravista, em resposta

à possibilidade de 17 novos estados que poderiam surgir a partir da anexação do Oregon. Dentro dessa perspectiva, a vitória sobre o México (1848) era considerada como o momento certo para a anexação, antes que a escravidão fosse abolida de vez em Cuba. As reformas realizadas pela coroa espanhola e que visavam à ampliação da cidadania para os libertos (1853) apresentou-se, para muitos, não como um desestímulo, mas sim como o momento de acelerar as providências para incorporação de Cuba. Dentro ainda dessa perspectiva, a ilha encontrava importância também no que se refere às questões da política interna dos Estados Unidos da América. Isso na medida em que se apresentava como uma área não somente de expansão econômica para o escravismo, mas também como elemento que poderia contribuir para o reequilíbrio na composição congressual entre estados escravistas e não-escravistas, tal como era considerada a possibilidade de incorporação da Nicarágua.

Resultado direto dessa proposta foi o Manifesto Ostend – elaborado pelos representantes diplomáticos dos Estados Unidos na Espanha, Grã-Bretanha, e França –, e considerado como a “quinta-essência do expansionismo ardente da Jovem América”.⁵² O manifesto colocava como questão urgente a ser resolvida a incorporação da ilha, ou pela compra ou pela via das armas. A retomada da discussão em torno da continuidade do expansionismo para a América Central deu-se em torno desse grupo político, que entendia que os Estados Unidos teriam um papel enquanto instrumento de difusão dos valores WASP.

Os interesses de expansão em direção à ilha por parte dos norte-americanos, ao longo de todo o século XIX, é bem retratado a seguir:

*Jefferson había pensado que estaba comprendida propiamente dentro de la esfera de influencia de los Estados Unidos; John Quincy Adams había estado seguro de su posible incorporación a los Estados Unidos; el famoso manifiesto de Ostende, de 1854, había tratado de forzar a España a vender la isla a los Estados Unidos y en vísperas de la Guerra Civil un comité del Senado había anunciado que “la adquisición final de Cuba debe considerarse como un propósito fijo”.*⁵³

Algumas questões sobre o imperialismo norte-americano

Alguns analistas do imperialismo tendem a enfatizar a motivação econômica para o processo geral de expansão que as nações mais industrializadas realizaram por diversas partes do mundo, principalmente a partir da década de 1870. Contudo, uma série de questões é suscitada a partir da análise do imperialismo norte-americano, que teria ocorrido, segundo alguns, tardiamente.

Para Falcon e Moura, em um trabalho ainda marcado por uma perspectiva excessivamente materialista, o novo estágio econômico e social nas “nações capitalistas mais indus-

trializadas gerou novas exigências econômicas e novas políticas estatais que conduziram à competição internacional e à conquista imperialista”.⁵⁴ Outros fatores, denominados “motivações mais imediatas”, mas “ligadas àqueles motivos gerais”, colaboraram para que diversas nações viessem a buscar assegurar áreas estratégicas que garantissem tanto a proteção do território nacional quanto o acesso a áreas economicamente importantes, bem como “protegessem uma área do avanço das rivais”.⁵⁵ O interesse por outros territórios estaria ligado, ainda, à busca pela garantia de usufruto de regiões que “poderiam tornar-se importantes no futuro”.⁵⁶

Ao observarmos a atitude da política externa norte-americana percebe-se que boa parte desses “desejos” se manifestou mesmo antes da Guerra Civil, momento em que, para alguns, os Estados Unidos teriam alcançado o patamar de potência industrial. As preocupações estratégicas dos homens da política externa norte-americana já se manifestavam favoravelmente à incorporação de algumas áreas limítrofes desde fins do século XVIII, quando o país ainda não havia desenvolvido sua potencialidade industrial.

Com vistas a atender a essas necessidades de segurança, áreas como Cuba e Nicarágua se apresentavam, de forma mais sistemática, como alvos privilegiados desde a década de 1840. A procura por satisfazer essa demanda por segurança não estava, nesse sentido, vinculada aos desígnios econômicos de uma nação industrializada. A necessidade de viabilizar um meio de comunicação que possibilitasse unidade territorial colocava-se de forma prioritária para os membros da política externa do país, também em torno desse período. E foi justamente com esse objetivo que membros do governo norte-americano apoiaram e estimularam, não somente ações como a do empresário Vanderbilt na Nicarágua, mas também fizeram vista grossa para a intensa atividade dos flibusteiros norte-americanos.

Cuba também estava incluída nessa perspectiva. As preocupações iniciadas ainda em fins do XVIII, e que permaneceram por todo o século XIX, fundamentavam-se no medo de uma ameaça européia que partisse de Cuba. Demonstrações de um desejo crescente de aquisição da ilha acabaram por ser contidas, não apenas por questões de política interna, mas, principalmente, pela possibilidade de confronto com a Espanha e outras nações, que poderiam acompanhá-la numa atitude de retaliação.

Mesmo diante desse quadro, inúmeros foram os pronunciamentos favoráveis ao expansionismo em direção à América Central e Caribenha. Ainda em 1848, afirmava Jefferson Davis:

Yucatán e Cuba são os pontos que comandam o Golfo do México, que eu considero uma bacia de água pertencente aos Estados Unidos. Sempre que surgir a questão se os Estados Unidos

devem apoderar-se destes portões de entrada do sul e do leste, ou permitir que eles passem a ser posse de qualquer Poder marítimo, quanto a mim, estarei pronto a declarar que meu passo será para diante, e que o cabo de Yucatán e a ilha de Cuba devem ser nossos.⁵⁷

E mesmo aqueles que não eram adeptos tão acirrados do expansionismo, como John Calhoun, também se manifestavam dessa forma, ao indicar que “é indispensável à segurança dos Estados Unidos que esta ilha não esteja em outras mãos. Se estivesse, nosso comércio de cabotagem entre o Golfo e o Atlântico seria, em caso de guerra, cortados, em dois, e efeitos convulsivos se seguiriam”.⁵⁸

Contudo, se ficarmos apenas nas questões relativas às preocupações estratégicas de defesa do país – manifestadas por políticos, funcionários da política externa e mesmo membros da sociedade civil –, pareceria que o expansionismo externo norte-americano deveu-se exclusivamente a uma postura defensiva, e não ofensiva. Isso embora não seja fácil distinguir o imperialismo ofensivo do imperialismo defensivo, uma vez que “a defesa de seu território nacional e de sua zona de influência supõe o controle de um espaço cada vez mais extenso, de onde as testas de ponte e as bases militares no estrangeiro”.⁵⁹

Outros fatores, igualmente importantes, encontravam-se presentes nesse momento. O Destino Manifesto, termo que resume um conjunto de princípios que fundamentou boa parte dos expansionistas norte-americanos nas décadas de 1840 e 1850, já assinalava a intenção de uma parcela considerável da população estadunidense em expandir-se, não somente por todo o continente norte-americano, mas também pela América Central e Caribenha. Cunhado por John O’Sullivan em 1845, o termo servia para designar “o cumprimento do nosso destino manifesto de espalhar pelo continente a nós designado pela providência para o desenvolvimento livre dos nossos milhões multiplicados anualmente”.⁶⁰ As três principais idéias que fundamentavam tal perspectiva eram:

Primeiro, a de que Deus estava do lado do expansionismo americano. A segunda, implícita na frase *desenvolvimento livre*, significava que espalhar o regime americano era prolongar as instituições democráticas. E a terceira era que o crescimento da população exigia uma saída que a aquisição de territórios iria proporcionar.⁶¹

Estimulados em grande medida pelo “ambiente do Destino Manifesto” os flibusteiros que infestaram, tanto Cuba quanto a Nicarágua, nas décadas de 1840 e 1850, apresentaram-se como o resultado mais imediato dessa mentalidade expansionista.

Embora o país já ocupasse a quinta posição em termos de produção manufatureira nesse momento,⁶² existia ainda um imenso mercado interno que poderia abastecer as necessidades de matéria-prima e de mercados que então se formavam. Ao considerarem algumas

áreas do Caribe e da América Central como um “apêndice natural do continente norte-americano”,⁶³ diversos norte-americanos proeminentes consideravam como natural que a expansão se dirigisse para essas áreas.

Na América Central, os Estados Unidos haviam demonstrado que a expansão física da era do *Destino Manifesto* havia combinado com uma expansão correspondente dos horizontes dos funcionários dos EUA, uma nova concepção da esfera de influência da nação. As repúblicas novatas da América Central eram um lugar ideal para esta demonstração; elas próprias eram impotentes, estavam perto de casa, e haviam se tornado uma importante rota de trânsito entre as duas costas da república norte-americana, assegurando uma sempre crescente presença dos EUA no istmo.⁶⁴

Apesar de ainda não despontar como nação eminentemente industrial nesse momento, existiam interesses econômicos vinculados a essas preocupações estratégicas e a esse ímpeto expansionista. Estavam vinculados, em grande medida, à economia escravista. Cuba e Nicarágua representavam áreas por onde a atividade econômica fundada no escravismo poderia se desenvolver. Contudo, outras possibilidades econômicas também eram oferecidas pela região, em associação íntima com o problema da defesa do território e da necessidade estratégica de agilização das comunicações que a região oferecia: açúcar, exportação de bens manufaturados e empresas ferroviárias.

Considerações finais

Ao considerar a Guerra de 1898 entre Estados Unidos e Espanha como marco do imperialismo norte-americano, o que é retratado por uma parte considerável da bibliografia sobre o assunto, uma parcela dos analistas privilegia a caracterização desse processo pela obtenção de áreas através da prática do neocolonialismo. Contudo, o imperialismo não é um processo que se caracteriza apenas por essa via. O estabelecimento de zonas de influência e a obtenção de terras que garantissem o acesso a áreas econômica e estrategicamente importantes, tanto quanto a ação política a viabilizar tais aspectos foram componentes fundamentais do imperialismo.

A intensa atividade política e econômica na Nicarágua e em Cuba asseverou a perspectiva de que, por volta de fins de 1840 e princípios de 1850, os Estados Unidos já iniciavam uma intensa atividade imperialista na região. Apoio e negociação (direto ou indireto) de funcionários norte-americanos a flibusteiros, ingerência armada, presença econômica e política norte-americana nesses países são exemplos práticos de tal atividade.

Em grande medida, os elementos que fundamentaram essas atitudes encontram-se, segundo entendo, não na Doutrina Monroe. Elaborada ainda num momento em que os Estados Unidos apresentavam potencial econômico e militar débil para garanti-la, a Doutrina Monroe foi avalizada pelas pretensões britânicas de impedir a retomada do colonialismo de caráter mercantil. Nesse sentido, o marco para o aparecimento de uma “cultura imperial” norte-americana, mais especificamente sobre a América Central e o Caribe, deve ser buscado em outro tipo de manifestação: o Destino Manifesto. Propunha o avanço não somente por áreas pouco povoadas, mas a primazia dos norte-americanos sobre as áreas adjacentes, bem como a predestinação a uma tarefa a ser desempenhada sobre os povos que nessas regiões habitassem.

Em fins do XIX, afirmava Henry Cabot Lodge, a glória pela conquista de terras e as necessidades econômicas, políticas e estratégicas da nação apresentavam-se e deveriam ser consolidadas.⁶⁵ Contudo, já em meados do século XIX, estes aspectos estavam sendo colocados por boa parte dos responsáveis pela política externa norte-americana. Foram contidos e não chegaram a se efetivar por completo porque a nação ainda se deparava com inimigos potenciais na área. Mesmo assim, já se manifestavam claramente nesse momento.

Dessa forma, a compreensão de que o imperialismo norte-americano tenha se caracterizado por uma viragem na sua política interna e externa parece representar um equívoco. Este se desenvolveu como um prolongamento direto do expansionismo iniciado “internamente” e que propunha claramente a hegemonia da nação, não somente na América do Norte. Sob inspiração do Destino Manifesto – que pregava a fama, a glória e o dever messiânico que cabiam à nação americana – e em função do simultâneo aparecimento de interesses econômicos e político-estratégicos fora desse espaço, iniciaram-se, ao longo da década de 1840, as primeiras ações externas dos Estados Unidos enquanto nação imperialista.

Recebido em novembro/2004; aprovado em maio/2005

Notas

* Doutor e professor da Universidade Veiga de Almeida.

¹ MOURA, G. *Estados Unidos e América Latina*. São Paulo, Contexto, 1990, p. 14. Ver também JUNQUEIRA, M. A. *Estados Unidos - a consolidação da Nação*. São Paulo, Contexto, 2001, p. 99.

² MELANDRI, P. *História dos Estados Unidos desde 1865*. Trad. de Pedro Elói Duarte. 7 ed., Lisboa, Edições 70, 2000, p. 71.

³ SCHOULTZ, L. *Estados Unidos – poder e submissão*. Tradu. Paul Filker. Baurú, Edusc, 2000, pp. 14 e 25.

⁴ SELLERS, C.; MAY, H. e MCMILLAN, N. R. *Uma reavaliação da História dos Estados Unidos*. 6 ed., Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985, p. 113.

⁵ JUNQUEIRA, op. cit., p. 100.

⁶ Reunião encaminhada pelos países que compunham a Santa Aliança e que tinham por objetivo a restauração do controle espanhol na parte da América que esteve sob seu controle até 1810.

⁷ PAMPLONA, M. *Reverendo o sonho americano*. São Paulo, Atual, 1995, p. 52.

⁸ SMITH, R. F. “Estados Unidos e América Latina: 1830-1930”. In: BETHELL, L. *História da América Latina – de 1870 a 1930*. Trad. Geraldo Gerson de Souza. São Paulo/Brasília, Edusp/Fenag, 2001, vol. IV, p. 611.

⁹ Nessa perspectiva, ver: NEVINS, A.; COMMANGER, H. S. e MORRIS, J.. *Breve Historia de los Estados Unidos*. 2 ed. (espanhol), trad. Francisco González Aramburo. México, Fondo de Cultura, 1996. Ver também: ROUQUIÉ, A. *O extremo-ocidente – introdução à América Latina*. São Paulo, Edusp, 1992; BARRACLOUGH, G. *Introdução à História Contemporânea*. 5 ed., Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.

¹⁰ Dentre esses autores, citamos Robert Smith, Marco Pamplona e a obra conjunta elaborada por Divine, Breen, Fredrickson, Robert e Willians. DIVINE, R.; BREEN, T. H.; FREDRICKSON, G. M. e WILLIAMS, R. H. *América – passado e presente*. Trad. Jaime Bernardese e Carlos Araújo. Rio de Janeiro, Nórdica, 1987.

¹¹ MOURA, op. cit., p. 14.

¹² SCHOULTZ, op. cit., pp. 13-14.

¹³ Ibid..

¹⁴ SELLERS et alii, op. cit., p. 265.

¹⁵ Ibid..

¹⁶ SMITH, op. cit., p. 609.

¹⁷ Ibid., p. 620.

¹⁸ Ibid., p. 616.

¹⁹ Pierre Melandri, Alain Rouquié, bem como Commanger e Nevins fazem parte desse grupo.

²⁰ Ibid., p. 72.

²¹ MELANDRI, op. cit., p. 71.

²² ROUQUIÉ, op. cit., p. 317.

²³ COMMANGER e NEVINS, op. cit., p. 355.

²⁴ Ibid., p. 359.

²⁵ Ibid., p. 356.

²⁶ Ibid., p. 360.

²⁷ Ibid., p. 355.

²⁸ BARRACLOUGH, op. cit., p. 57.

²⁹ Ibid., pp. 59 e ss.

³⁰ PAMPLONA, op. cit., p. 32.

³¹ DIVINE et alii., op. cit., pp. 461 e ss.

³² JUNQUEIRA, op. cit., p. 99.

³³ Ibid., p. 104.

³⁴ AYERBE, L. F. *Estados Unidos e América Latina – a construção da hegemonia*. São Paulo, Unesp, 2002, pp. 52 e 48.

³⁵ SCHOULTZ, op. cit., p. 107.

³⁶ HOBBSAWM, E. *A Era dos Extremos – o breve século XX*. Trad. Sieni M. Campos e Yolanda S. de Toledo. 3 ed. São Paulo, Cia das Letras, 1996, pp. 96 e 109.

³⁷ FALCON, F. J.C.. “O capitalismo unifica o mundo”. In: *O século XX – o tempo das incertezas*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, p. 50.

³⁸ DECCA, E. de. “O colonialismo como a glória do império”. In: *O século XX – o tempo das incertezas*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, pp. 158 e 169.

³⁹ Segundo Doratioto, a fragmentação deveu-se a uma tentativa do governo central, localizado na Cidade da Guatemala, de absorver o controle absoluto da arrecadação de impostos alfandegários, o principal instrumento de obtenção de recursos nessa época. DORATIOTO, F. *Espaços nacionais na América Latina: da utopia bolivariana à fragmentação*. São Paulo, Brasiliense, 1994, p. 38.

⁴⁰ Firmado em 1848, por esse tratado, a Colômbia concedia passagem livre para os norte-americanos através do istmo do Panamá.

⁴¹ SCHOULTZ, op. cit., p. 88.

⁴² VAZQUEZ, J. Z. “Uma difícil inserción em el concierto de las naciones”. In: ANNINO, A. e GUERRA, F.-X. (orgs.). *Inventando la nación – Iberoamérica. Siglo XIX*. México, Fondo de Cultura Económica, 2003, p. 278.

⁴³ SCHOULTZ, op. cit., p. 83.

⁴⁴ William Walker iniciou sua atividade flibusteira na Baja Califórnia, quando realizou uma tentativa frustrada de fundar uma República na península. Posteriormente, convidado como mercenário para participar da guerra civil que se desenvolvia na Nicarágua, ao lado dos liberais, conquistou o país e tornou-se presidente durante os anos de 1855 e 1857.

⁴⁵ SELLERS et alii, op. cit., p. 179.

⁴⁶ SCHOULTZ, op. cit., p. 86.

⁴⁷ Ibid., p. 83.

⁴⁸ MONIZ BANDEIRA, L. A. *De Martí a Fidel – a Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998, p. 21. Essa perspectiva encontra-se refutada em Schoultz, que considera que, em determinados momentos, o governo norte-americano tomou severas medidas contra os flibusteiros . SCHOULTZ, op. cit., p. 86 e ss.

⁴⁹ MONIZ BANDEIRA, op. cit., p. 14.

⁵⁰ SCHOULTZ, op. cit., p. 66.

⁵¹ BANDEIRA, op. cit., p. 15.

⁵² Ibid., p. 73.

⁵³ COMMANGER et alii, op. cit., p. 549.

⁵⁴ FALCON, F. J. C. e MOURA, G. *A formação do mundo contemporâneo*. 2 ed. Rio de Janeiro, Americana, 1975, p. 88. Mesmo reconhecendo que essa perspectiva foi relativamente revista em trabalhos posteriores dos dois autores em questão, optei por utilizá-la por considerá-la representativa de uma visão economicista do imperialismo. Sobre a nova perspectiva adotada por esses autores, ver: MOURA, G. *Estados Unidos e América Latina*, op. cit.; e, também, FALCON, F. J. C. “O capitalismo unifica o mundo”. In: *O século XX*, op. cit.

⁵⁵ FALCON e MOURA, op. cit., p. 90.

⁵⁶ Ibid..

⁵⁷ Citado em SCHOULTZ, L. *Estados Unidos: poder e submissão*. Bauru, Edusc, 2000, p. 68. Jefferson Davis foi Secretário de Guerra no Governo do Presidente Franklin Pierce (1853-1857)

⁵⁸ Citado em SCHOULTZ, *ibid.*, p. 62. John Calhoun foi Secretário de Estado ao longo do governo do Presidente John Tyler (1841-1844)

⁵⁹ FICHOU, J. *A civilização Americana*. Trad. Maria Carolina F. de Castilho Pires. São Paulo, Papirus, 1990, p. 114.

⁶⁰ Citado em DIVINE et alii, op. cit., p. 288. O’Sullivan foi editor influente e um dos “proponentes” do Movimento Jovem América, de caráter expansionista.

⁶¹ DIVINE et alii, op. cit., p. 288.

⁶² MONIZ BANDEIRA, op. cit., p. 16.

⁶³ SCHOULTZ, op. cit., p. 66.

⁶⁴ Ibid., p. 92.

⁶⁵ Senador pelo Partido Republicano, foi um dos mais proeminentes *jingoistas* (expansionistas) de fins do século XIX e, juntamente com Theodore Roosevelt, defensor do *Destino Manifesto*.